

O FENÔMENO DA SECA E A MIGRAÇÃO RURAL-URBANA NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA REALIDADE CONCRETA

THE DROUGHT PHENOMENON AND RURAL-URBAN MIGRATION IN THE BRAZILIAN NORTHEAST: A CONCRETE REALITY

El Fenómeno de la Sequía y la Migración Rural-Urbana en el Nordeste de Brasil: Una Realidad Concreta



Daiene Luiza Farias Vilar¹
José Ediglê Alcantara Moura²
Irami Rodrigues Monteiro Júnior³
Osmar Faustino de Oliveira⁴

Submissão: 30/03/2025 / Aceito: 25/09/2025

RESUMO

O artigo aborda a problemática da seca recorrente no Nordeste Brasileiro (NEB) e sua influência direta no processo de migração da população rural para os centros urbanos, especialmente entre 1950 e 2010. A pesquisa tem como objetivo analisar como os períodos prolongados de estiagem impactaram a permanência das populações no meio rural, impulsionando o êxodo em busca de melhores condições de vida. A abordagem teórico-conceitual baseia-se em autores como Suassuna, Silva, Gonçalves e Golgher, que discutem os efeitos da seca e a dinâmica migratória no contexto nordestino. Metodologicamente, a pesquisa se desenvolve por meio de revisão bibliográfica crítica e análise de dados secundários extraídos do IPEA, com foco nos censos populacionais do período estudado. Os dados foram tratados com base em estatística descritiva para evidenciar a transição populacional da zona rural para a urbana. Os resultados revelam uma correlação direta entre grandes períodos de seca e o aumento da migração definitiva, destacando que a seca, embora natural, torna-se um fenômeno social agravado pela ausência de políticas públicas eficazes de convivência com o semiárido. Conclui-se que a urbanização acelerada da região resultou da combinação entre

¹Mestre em Economia Aplicada (UFAL). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará. Professora Substituta pelo Departamento de Administração e Economia da UEPB. Campina Grande, Paraíba, Brasil. daieneluiza@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5205-1470>.

²Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza (CE). edigle.economia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1285-7717>.

³ Doutorando em geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, irami.junior.017@ufrn.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0109-1269>.

⁴ Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE/PR. Pós doutorando em Desenvolvimento Regional pela UEPB. Campina Grande/PB. osmarfaustino@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8341-9154>.



vulnerabilidade climática, produtiva e institucional, exigindo um novo olhar para o planejamento regional e políticas estruturadas que considerem as especificidades ambientais e sociais do NEB.

Palavras-chave: Seca, Migração Rural-Urbana, Nordeste Brasileiro, Êxodo Rural, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The article addresses the recurring drought in the Brazilian Northeast (NEB) and its direct influence on the rural-to-urban migration process, especially between 1950 and 2010. The research aims to analyze how prolonged drought periods have affected the permanence of rural populations, encouraging migration in search of better living conditions. The theoretical-conceptual approach is based on authors such as Suassuna, Silva, Gonçalves, and Golgher, who explore the effects of drought and migration dynamics in the northeastern context. Methodologically, the study is conducted through a critical literature review and analysis of secondary data extracted from the IPEA database, focusing on population censuses from the studied period. The data were analyzed using descriptive statistics to highlight the demographic transition from rural to urban areas. The results reveal a direct correlation between major drought events and increased permanent migration, emphasizing that drought, although a natural phenomenon, becomes a social issue when exacerbated by the lack of effective public policies for living with the semi-arid environment. It is concluded that the accelerated urbanization of the region resulted from a combination of climatic, productive, and institutional vulnerabilities, calling for a renewed approach to regional planning and the implementation of public policies tailored to the environmental and social specificities of the NEB.

Keywords: Drought, Rural-Urban Migration, Brazilian Northeast, Rural Exodus, Public Policies.

RESUMEN

El artículo aborda la problemática de la sequía recurrente en el Nordeste de Brasil (NEB) y su influencia directa en el proceso de migración de la población rural hacia los centros urbanos, especialmente entre los años 1950 y 2010. La investigación tiene como objetivo analizar cómo los períodos prolongados de sequía impactaron en la permanencia de las poblaciones en el medio rural, impulsando el éxodo en busca de mejores condiciones de vida. El enfoque teórico-conceptual se basa en autores como Suassuna, Silva, Gonçalves y Golgher, quienes discuten los efectos de la sequía y la dinámica migratoria en el contexto nordestino. Metodológicamente, la investigación se desarrolla mediante una revisión bibliográfica crítica y análisis de datos secundarios extraídos del IPEA, con énfasis en los censos poblacionales del período estudiado. Los datos fueron tratados con base en estadística descriptiva para evidenciar la transición poblacional de la zona rural a la urbana. Los resultados revelan una correlación directa entre los grandes períodos de sequía y el aumento de la migración definitiva, destacando que la sequía, aunque natural, se convierte en un fenómeno social agravado por la ausencia de políticas públicas eficaces de convivencia con el semiárido. Se concluye que la urbanización acelerada de la región resultó de la combinación entre la vulnerabilidad climática, productiva e institucional, exigiendo una nueva mirada hacia la planificación regional y políticas estructuradas que consideren las especificidades ambientales y sociales del NEB.

Palabras clave: Sequía, Migración Rural-Urbana, Nordeste de Brasil, Êxodo Rural, Políticas Públicas.



INTRODUÇÃO

A região Nordeste Brasileiro (NEB) é a segunda região mais populosa do país (26,9%), sendo constituída por nove estados, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão, com o território correspondente a 18% do território brasileiro (IBGE, 2022).

A seca na região é uma realidade, um fenômeno natural, com maior ocorrência no mundo. Uma questão que vem sendo enfrentada desde a época do descobrimento do Brasil, mais especificamente no semiárido nordestino, tem-se uma grande incidência de períodos prolongados de estiagem, as chamadas secas. A região NEB apresenta características que variam acima das normas climatológicas, com um período chuvoso irregular e com deficiências hídricas impulsionado pelos sistemas meteorológicos de larga escala e incidência dos ENOS (Silva, et al., 2013).

Desde que mudou as políticas da seca no NEB, algumas tentativas de solucionar o problema da falta de água, umas das mais conhecidas, é o projeto da transposição do rio São Francisco, beneficiando cerca de 8,8 milhões de pessoas (IEPA, 2010). As ideias acerca de projetos de transposição para amenizar esse ciclo natural que assola a vida do nordestino já são um assunto debatido há mais de dois séculos. Os primeiros registros do primeiro plano de realizar um projeto, tal como o da transposição do rio São Francisco, como conhecemos atualmente, datam por volta da década de 1810, no período do Brasil Colônia. Essa concepção foi retomada mais tarde por Dom Pedro II quando o assunto do “encanamento” das águas do São Francisco voltou a ser centro dos debates entre os estudiosos da seca (Senado, 2017).

A área no Nordeste mais prejudicada pelas secas periódicas enfrentadas pela região é o chamado Polígono das Secas, que abrange cerca de 879.665 quilômetros de extensão, apenas no Nordeste. Com destaque para a região semiárida, onde vivem cerca de 17 milhões de pessoas (Suassuna, 2007), nesse espaço os efeitos da falta de água são mais acentuados pela capacidade da troca hídrica com a atmosfera.

Em momentos desoladores, castigados pela seca, ou seja, pela ausência de precipitação mínima de 600 a 800 milímetros, cerca de 10 milhões de habitantes enfrentam sede e fome



(Suassuna, 2007). Isso implica dizer que, nas áreas que não dispõem de sistemas de irrigação, como canais, a terra fica improdutiva, o gado emagrece, morre e acontece o fenômeno da migração da seca, retratado em tantas obras literárias.

O homem, não tendo outra alternativa, é obrigado a marchar em direção às aglomerações urbanas, como retratado na obra de Raquel de Queiroz (1930), em *O Quinze*, para representar a seca de 1915. A cidade se torna um reduto de esperança para os oprimidos e expulsos, não pela seca, mas pela ausência de políticas públicas eficazes de convivência com esse fenômeno natural.

A seca se torna uma questão lucrativa, a indústria da seca, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), tendo à frente Celso Furtado, desnudava que as ações promovidas pelos governos, além de ineficazes, alinhavam o discurso das elites locais de que o subdesenvolvimento do NEB era ocasionado pela seca (Silva, 2003).

Além da miséria, da migração forçada, os chamados autores regionalistas da década de 1930 representam em suas obras desmandos das elites locais e a inércia do governo frente a esse evento climático natural. O que foi retratado em *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, *Pedra Bonita* (1938), de José Lins do Rego, *Vidas Secas* (1938), do alagoano Graciliano Ramos, e do baiano Jorge Amado em *Serra Vermelha* (1946), só começa a mudar a partir da década de 1960.

Nesse recorte, começam a ser implementadas políticas como os polos agroindustriais no semiárido com especialização na fruticultura irrigada (Silva, 2003), e, mais tarde, os centros de produção têxtil com o objetivo de promover o assalariamento e fixação regional. Embora as políticas públicas promovidas no NEB, ainda que promovidas, a dinâmica econômica e social positivamente cria contradições.

Na visão de Gomes (2015), essas políticas incentivaram o consumo de mercadorias, ao passo que fragmentaram o espaço dado pela segregação espacial e exclusão social, formando enclaves econômicos. A inanição dessas políticas transformadas em ação causou procissões de órfãos dos lugares, das suas memórias, em marcha rumo à região Sudeste, principalmente. A migração, fenômeno que marca a mudança permanente de residência de origem para outro lugar (Golgher, 2004), marcou o chão pela caravana de retirantes todos os anos fugindo da seca, da fome, da miséria.

Contudo, nesse processo de peregrinação, alguns migrantes saem de seus lugares por temporada, a chamada migração sazonal, entendida como uma estratégia desses sujeitos para se manter nos seus lugares de origem e junto ao seu núcleo familiar (Silva, 2022). Uma das principais diferenças entre a migração definitiva e sazonal é a manutenção dos vínculos com seu espaço de vida.



Tomando essa definição como ponto de partida, neste trabalho, a análise da migração assume a concepção de migrantes fora do seu local de origem há mais de cinco anos, ou seja, a migração definitiva.

Diante do exposto, a seca não se configura somente pela falta de água, mas por um problema político que esbarra na dificuldade de acesso à terra. Além disso, o êxodo do campo, dada a ausência de trabalho, e decorrente dessa situação, tem-se historicamente favorecido a migração de membros ou até famílias inteiras de nordestinos para os grandes centros, em busca de trabalho e remuneração, e assim poderem garantir a sua existência (Nunes; Silva; Cordeiro, 2016).

Assim, o objetivo do trabalho é analisar o processo de migração da população nordestina residente no meio rural no período de seca entre 1950 a 2010 para a zona urbana. Partindo do pressuposto de que a seca é um dos fatores dessa migração na tentativa de encontrar melhor qualidade de vida, e uma das alternativas são os aglomerados urbanos.

Deste modo, a composição desse trabalho, estudando a seca e a migração da população rural, se justifica pela necessidade do aprofundamento do tema que ainda apresenta caminhos de interpretações não esgotados. Ademais, a análise em questão busca entender os processos endógenos e exógenos que causam o esvaziamento do meio rural (sazonal ou definitivo) influenciado durante o período de grandes secas.

Metodologia

A abordagem da pesquisa foi eminentemente teórica e analítica-crítica, dividida em três procedimentos. (1) Levantamento e exame da bibliografia buscada no banco de Catálogo de Tese e Dissertações e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando palavras-chave: seca; migração; êxodo; Nordeste; políticas públicas; combate e convivência com a seca; sertão e rural-urbano.

Essa técnica possibilitou a discussão do conceito de seca em Suassuna (2007), Silva et al., (2013) e Nunes, Silva e Cordeiro (2016) e migração com base em Gonçalves e Lima (1993), Gonçalves (2001), Golgher (2004) e Silva (2022). Esses autores aprofundam criticamente como esses dois fenômenos (isoladamente ou integrados) expressam uma das questões ambientais, econômicas e sociais que afetam a vida de milhões de pessoas.

(2) coleta de dados secundários no banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dados abertos, acerca da população da região Nordeste rural e urbana entre os anos



de 1950 a 2010. Esse recorte se deu em virtude da mudança das políticas públicas de combate à seca para convivência com a seca e sua influência na migração. Como critério para definir o espaço-tempo do fenômeno da migração do lugar de residência do indivíduo há cinco anos (Oliveira, Ervatti, O'Neill, 2011).

A extração dessas informações também considerou a quantidade de homens e mulheres que residem na zona rural entre o período de 1970 a 2010, início da coleta de dados para essa variável disponível no banco de dados. (3) Na última parte, foi feita uma análise crítica entre a teoria e os dados brutos, gerando interpretações de como a seca e a migração afetaram a vida de milhões de pessoas na região Nordeste.

Para espacializar esses dados, lançou mão da estatística descritiva a partir de Reis (1996, p. 15) “a estatística descritiva consiste na recolha, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos”. Dessa forma, a metodologia está embasada numa visão analítico-crítica da migração definitiva

Resultados e Discussões

Desde a colonização da região, a zona que se encontrava além da região litorânea nordestina era vista pelos portugueses como um grande deserto, ou *desertão*, como Lima e Magalhães (2018) ressaltam. Palavra essa que foi posteriormente transformada em sertão, nome pelo qual a região é conhecida até os dias atuais.

A partir desse processo de ocupação do semiárido nordestino, impulsionado pela pecuária para a produção de couro, carne e animais de tração, essa região era uma área adicionada à cana-de-açúcar (Morais, 2020). Nesse momento, a preocupação com a produtividade e os relatos sobre a seca passaram a ter um peso e uma melhor dimensão das consequências que esse fenômeno traz consigo para as comunidades atingidas.

Lima e Magalhães (2018) ressaltam também que a seca não se dá em todo o território do semiárido uniformemente, com variação em partes da região, podendo ser verificados períodos de estiagem prolongada, mas não se aplica a 100% do território dos estados que compõem o semiárido nordestino.

A partir do final da década de 1950, na tentativa de amenizar o sofrimento ocasionado pelas secas nas regiões semiáridas do país, cresce a comoção por políticas públicas eficientes. O



sentimento nesse instrumento era que amenizassem os efeitos da seca na região e, como é sabido, desde a época do Brasil colonial, o anseio de sanar o problema social da falta de água no Nordeste.

Mesmo a seca sendo um fenômeno natural, era tida como o principal fator de limitação para justificar o seu subdesenvolvimento. Sendo assim, as políticas públicas surgem como “ações, práticas, diretrizes fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo para resolver questões gerais e específicas da sociedade” (Heidmann, 2006, p. 29).

Na busca por soluções que garantam um abastecimento de água confiável para uma região, duas políticas se destacaram como essenciais: a construção de açudes, demandada pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) na segunda metade do século XX (Morais, 2020), e a importação de água de rios perenes, como o rio São Francisco.

Embora, durante o debate sobre medidas eficazes para resolver a escassez de água no Nordeste, a transposição do rio São Francisco ainda não fosse vista como uma alternativa viável. Por isso, iniciou-se a construção de cuidados, com o objetivo principal de mitigar os efeitos da evapotranspiração e, possivelmente, a influência do ciclo meteorológico local.

Além disso, essas obras visavam proporcionar maior segurança hídrica para o semiárido, já que a população sofria com a incerteza gerada pela dependência de rios intermitentes (Botelho, 1991). Furtado (2013), ao relatar sua experiência no sertão da Paraíba, descrevendo o clima singular da região, caracteriza-o pela ocorrência de chuvas em volume relativamente alto para uma área semiárida, com ocorrência sempre no mesmo período do ano.

Essas chuvas provocam mudanças rápidas e significativas no ambiente. No entanto, como é amplamente reconhecido, a linha de regiões que separa a abundância da escassez nessas condições de clima semiárido é muito tênue. Deste modo, tem-se que ainda há um grande caminho a percorrer no que diz respeito a soluções eficientes para o problema da seca (na promoção do desenvolvimento regional), tendo em vista a premissa de melhorar as condições sociais da população há tempos assolada por esse fenômeno.

O Nordeste brasileiro foi uma das regiões que mais sofreu os efeitos ocasionados pela rápida urbanização do Brasil. Esse processo de urbanização advém principalmente como resultado do rápido processo de industrialização que vinha sendo implementado, transformando em poucos anos um país até então rural.

Partindo do entendimento das atividades rurais como principal atividade econômica em um país metropolitano, fazendo com que o êxodo rural seja observado além da migração do campo para



a cidade. Contudo, esse movimento também é visto como a concentração da população nas capitais estaduais, formando assim as zonas metropolitanas (Lemos, 2006).

Muitos fatores podem influenciar a decisão do homem de deixar a zona rural e partir em busca de emprego nas cidades. Entre eles estão os períodos longos de estiagem que impossibilitavam a produção rural, principalmente para os pequenos produtores rurais tradicionais que não possuem a estrutura necessária para enfrentar, nem mesmo em partes, os efeitos da seca, como aponta Soares (1984).

O movimento migratório no Brasil apresenta características complexas e historicamente marcadas por transformações econômicas, sociais e políticas. Conforme analisado nos censos demográficos, os fluxos migratórios internos se intensificaram principalmente a partir da segunda metade do século XX, com destaque para os deslocamentos das regiões Norte e Nordeste em direção ao Sudeste e Centro-Oeste, impulsionados por fatores como a concentração industrial, a urbanização acelerada e a busca por melhores condições de vida.

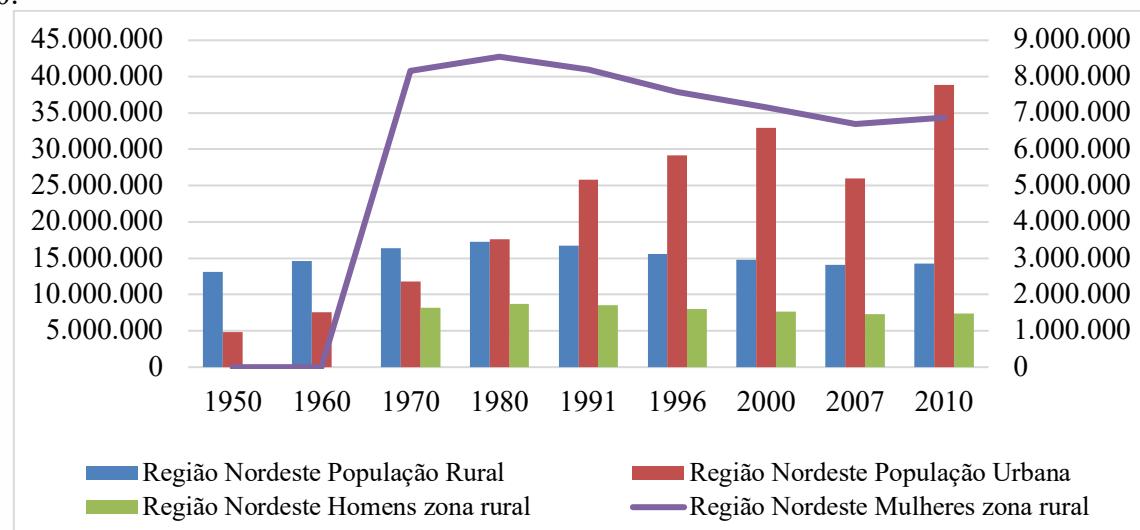
Esses movimentos refletem tanto a expulsão de populações de áreas marcadas por vulnerabilidades, como a seca e a pobreza, quanto a atração exercida por regiões com maior oferta de emprego e infraestrutura. Os dados censitários revelam não apenas a magnitude dos deslocamentos, mas também suas implicações para o planejamento urbano, a redistribuição populacional e a formulação de políticas públicas (Ramos; Cargnin, 2019).

Gonçalves (2001) observa que as migrações costumam aumentar nos deslocamentos humanos internamente, como, por exemplo, uma migração da população residente na zona urbana para a zona rural, que resulta, em alguns casos, em mudanças profundas que podem ser por motivos culturais, políticos ou socioeconômico.

Essas mudanças podem ser ocasionadas, principalmente, por mudanças nas tecnologias utilizadas, ou até mesmo retorno às tecnologias utilizadas em tempos anteriores (Gonçalves, 2001). No NEB, região foco do estudo, se observa uma inclinação da migração da população rural para a zona urbana, dado os percentuais de crescimento e declínio do contingente populacional (Gráfico 01).



Gráfico 01: Dados da população da região Nordeste residentes na zona rural e urbana entre 1950 a 2010.



Fonte: IPEA Data (2021). Adaptados pelos autores (2024).

Os dados contidos no gráfico anterior evidenciam que do período de 1950 a 2010, a ocorrência do processo de migração da zona rural para a zona urbana, analisando o movimento de crescimento da zona urbana e declínio da zona rural. Essa cinestesia tem início no ano de 1950, quando a população rural no NEB era, 50%, superior ao montante total na zona urbana.

A partir de 1980, essa diferença diminuirá e, em 1991, a população urbana ultrapassa a rural e o processo de migração se assenta nos anos posteriores, chegando a mais que dobrar no censo demográfico no ano de 2010. Esse movimento inverso da população em poucas décadas exigiu do governo um verticalizado para a região, uma vez que a concentração desordenada da população poderia causar o estrangulamento das grandes e médias cidades, com o êxodo rural.

De acordo com a Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE (2025), no período de 2012 a 2017, que abrange a última grande seca ocorrida no Nordeste, observou-se uma expressiva retração nas principais lavouras temporárias da região. No caso do feijão, a produção caiu de 674.666 toneladas em 2014 para apenas 303.260 toneladas em 2016, evidenciando a forte vulnerabilidade dessa cultura às variações climáticas.

Trajetória análoga foi registrada nas lavouras de sequeiro de mandioca, cuja produção reduziu-se de 5.668.126 toneladas em 2014 para 3.161.555 toneladas em 2016. O milho, por sua vez, apresentou uma queda igualmente acentuada, passando de 6.693.954 toneladas para 3.161.555 toneladas nos anos considerados. Em termos de área colhida, entre 2014 e 2016, o total das culturas



analisadas recuou de 4.621.260 hectares para 3.585.218 hectares, reforçando a magnitude dos impactos da seca sobre a base produtiva regional.

Ainda segundo a PAM/IBGE (2025), a produtividade do milho sofreu queda significativa, passando de 2.183 kg/ha em 2012 para 1.630 kg/ha em 2016. Essa redução traduz os reflexos negativos da estiagem prolongada sobre os indicadores técnicos de desempenho da agricultura de sequeiro no Nordeste. A estiagem não comprometeu apenas a quantidade produzida, mas também a eficiência produtiva das lavouras, representando um desafio adicional para a segurança alimentar da região.

No campo da pecuária, conforme os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM/IBGE, 2025), o rebanho bovino do Nordeste apresentou retração, passando de 28.244.899 cabeças em 2012 para 27.791.097 em 2017, o que corresponde a uma queda de 1,61%. No entanto, esse efeito foi mais severo em estados com maior concentração de municípios no semiárido. No Ceará, por exemplo, o rebanho bovino diminuiu de 2.714.713 cabeças para 2.287.400 no mesmo período, o que implica em uma variação negativa de 15,74%. Esse dado ilustra a maior sensibilidade da pecuária em áreas mais expostas às limitações hídricas e climáticas.

Já em relação à infraestrutura hídrica, o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2025) revelou que 72,69% dos estabelecimentos agropecuários do Nordeste dispunham de algum tipo de recurso hídrico, percentual que, embora expressivo, é inferior à média nacional de 81,50%. Esse quadro reforça a desigualdade estrutural no acesso à água, elemento-chave para a resiliência produtiva das propriedades rurais, sobretudo em áreas semiáridas.

A literatura corrobora esses achados. Salviano, Praxedes e Lemos (2020) evidenciaram a existência de sinergias entre as precipitações pluviométricas, as produtividades agrícolas e os valores da produção das lavouras de sequeiro no semiárido nordestino. Os autores demonstraram que tais variáveis apresentam movimento conjunto e na mesma direção, ou seja, em períodos de menor pluviosidade, há reduções na produtividade e no valor da produção, enquanto em anos mais chuvosos observa-se um incremento nesses indicadores. Isso confirma a forte dependência da agricultura de sequeiro em relação às condições climáticas, reforçando a vulnerabilidade socioeconômica da região.

Complementarmente, Mirzabaev (2019) argumenta que a interação entre variabilidade climática, mudanças climáticas e desertificação contribui para a queda de renda, aumento da pobreza, insegurança alimentar, intensificação de doenças e até para a emergência de conflitos sociais. O autor também ressalta que a desertificação pode induzir processos migratórios e que seus



efeitos tendem a ser mais intensos sobre as mulheres, devido à maior dependência dos meios de subsistência agrícolas e às desigualdades sociais preexistentes. Esses fatores tornam ainda mais urgente a implementação de políticas públicas voltadas à adaptação climática e ao fortalecimento da resiliência da agricultura familiar e patronal no Nordeste.

No que se refere à participação do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário no PIB total do Nordeste, observa-se uma redução relativa expressiva: de 6,99% em 2011, ano imediatamente anterior à grande seca, para 6,17% em 2016, período marcado por uma das fases mais agudas da restrição pluviométrica. Tal decréscimo constitui reflexo direto dos impactos da estiagem sobre a dinâmica econômica da região (IBGE, 2025).

É importante salientar que esse comportamento não se restringe apenas ao setor agropecuário, mas repercute em toda a economia regional, uma vez que a agropecuária exerce papel estratégico na geração de empregos, na segurança alimentar e na sustentação de cadeias produtivas locais. Assim, a retração da participação do PIB agropecuário reflete também um enfraquecimento do tecido socioeconômico, especialmente em áreas dependentes da agricultura familiar e das atividades pecuárias de pequeno porte.

Conforme destacam Alpino, Freitas e Costa (2014), a seca afeta de maneira transversal os sistemas ecológicos, econômicos, sociais e culturais, comprometendo as condições de vida das populações atingidas. Entre os principais efeitos observados, destacam-se: a deficiência no abastecimento de água para consumo humano; perdas significativas na agricultura e na pecuária; fluxos migratórios forçados; ocorrência de incêndios florestais; degradação da qualidade da água; agravamento de problemas de saúde; intensificação de conflitos e o aprofundamento da pobreza.

Ademais, as secas prolongadas ampliam desigualdades regionais, uma vez que atingem de forma mais severa os grupos sociais vulneráveis e com menor capacidade de adaptação. O impacto sobre a agricultura familiar, por exemplo, não se limita somente à queda na produção, mas envolve também o comprometimento da reprodução social, dada a dificuldade de acesso a crédito, assistência técnica e políticas de mitigação dos efeitos climáticos.

Nessa ótica de contenção de danos, uma série de estudos foi realizada para aprofundar o debate já existente sobre a realidade urbana regional. Um ramo desses estudos incentivou a classificação nos núcleos urbanos mais populosos, baseado na inserção regional e microrregional. Ainda, um estudo sobre as finanças municipais analisa a dependência das transferências de recursos advindos de outras esferas do governo (Maricato, 2014).



Como apontado por Gonçalves e Lima (1993) e Gonçalves (2001), no NEB, uma das principais razões que influencia a mudança permanente da população do seu lugar de origem, o processo migratório, está vinculado aos grandes períodos de estiagem. Entre os séculos XX e XXI, alguns períodos foram marcados pela presença do fenômeno da seca mais acentuada, que varia entre 1979 e 2017 (Quadro 01).

Quadro 01: Recorte histórico-temporal das maiores secas dos séculos XX e XXI.

Período de Secas	Século XX	Características do período (Séc. XX — XXI)
	1979–83	Considerada a maior seca do século
	1986–87	Foi verificada uma abrupta diminuição de precipitações no semiárido
	1992–1993	Atingiu 90% do território do “Polígono das Secas”, deixando a região atingida em estado de calamidade pública
	1997–1999	Última grande seca do século
	Século XXI	
	2001–02	Causou um forte impacto na agricultura, principalmente nos perímetros ligados ao Rio São Francisco
	2005	Ampliou o chamado “Polígono das Secas”, afetando também boa parte da região Amazônica
	2007–08	Atingiu principalmente o norte de Minas Gerais, com centena de municípios decretando estado de calamidade
	2010	Seca maior que a verificada no ano de 2005, causando um forte avanço no processo de desertificação do semiárido
	2012–17	Registro histórico mais longo desde o início do século XIX.

Fontes: Martins et al., (2017); Marengo et al., (2017). Adaptado pelos autores (2024).

Os dados apresentados no gráfico 01 coadunam com as expressões do quadro anterior. A primeira grande seca do século XX no Nordeste foi no ano de 1980, compreendendo que esse período coincide com a estagnação ou declínio do nível da população rural e o aumento significativo da população urbana.

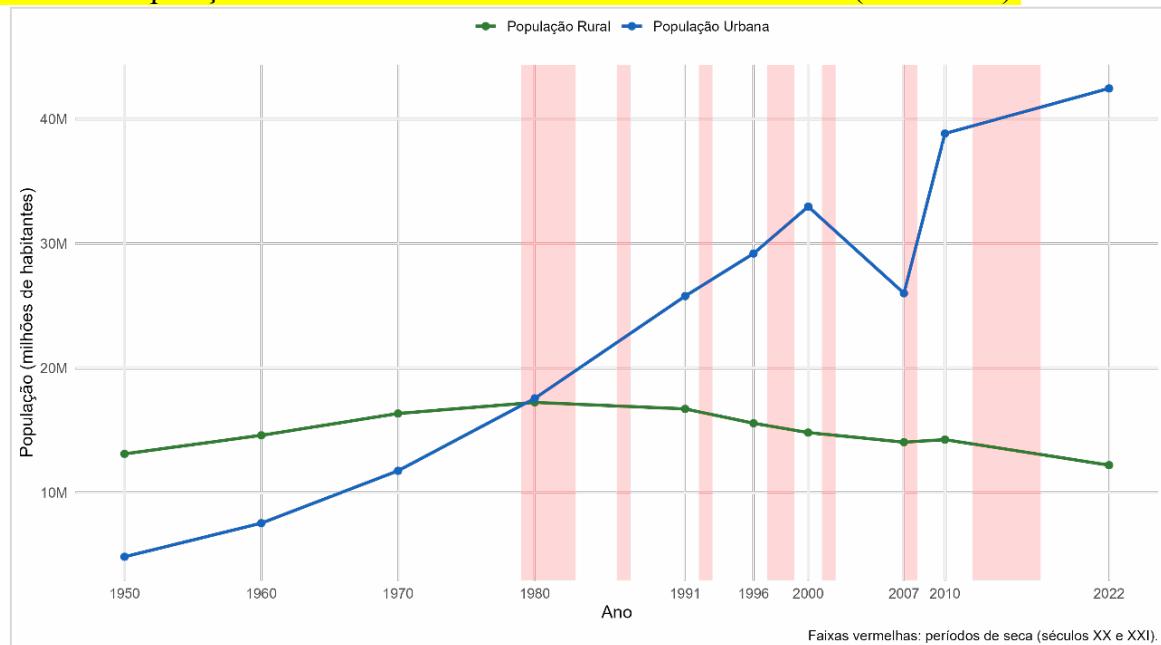
A baixa precipitação pode ter contribuído para a migração rural-urbana, uma vez que a falta de água afetou diretamente a agricultura e a economia rural, forçando muitas pessoas a buscar oportunidades nas cidades. A partir desta data, os dados apresentados anteriormente mostram uma continuação da tendência de crescimento da população urbana, enquanto a população rural permanece praticamente estagnada. Essa seca de 1986 a 1987 contribuiu para aumentar a insegurança agrícola e alimentar no campo, o que também pode ter impulsionado a migração para as áreas urbanas.



As secas entre 1997–1999, 2001–2002, e as subsequentes de 2005, 2007–2008 e 2010 também coincidem com um aumento contínuo da população urbana que já havia se tornado majoritária no gráfico a partir dos anos 1990. Estes eventos de seca, sendo prolongados e intensos, intensificaram também o processo de desertificação, o que também empurrou a população rural para as áreas urbanas, em busca de condições de vida e trabalho melhores, dada a improdutividade da terra.

A dinâmica populacional do Nordeste brasileiro apresenta particularidades marcantes quando analisada sob a ótica histórica e socioeconômica. A região, caracterizada por forte dependência do setor agrícola até meados do século XX, experimentou profundas transformações em sua estrutura demográfica, em especial no que se refere à urbanização e ao esvaziamento relativo do meio rural. O gráfico 02 a seguir ilustra a evolução da população rural e urbana no Nordeste entre 1950 e 2022, destacando os principais períodos de seca que marcaram a região.

Gráfico 02: População Rural-Urbana do Nordeste – Períodos e Secas (1950-2022).



Fonte: Elaborado pelos Autores a partir de dados do Ipeadata (2025); Martins et al., (2017); Marengo et al., (2017). Adaptado pelos autores (2024).

Os dados expostos no Gráfico 02, evidenciam que, até a década de 1970, a população rural mantinha-se em trajetória de crescimento, ainda que em ritmo mais moderado. A população urbana, por sua vez, crescia aceleradamente desde 1950, refletindo o início de um processo de concentração das atividades econômicas e dos serviços públicos nas cidades. A partir da década de 1980, observa-

se a inversão entre as duas curvas, com a população urbana superando a rural, fenômeno que se consolida nas décadas seguintes. Tal movimento é interpretado como o marco do êxodo rural nordestino, onde as cidades passaram a concentrar a maioria dos habitantes da região.

Outro aspecto relevante representado no gráfico são as faixas em vermelho, que indicam os períodos de seca severa. Estes episódios funcionaram como choques conjunturais, acelerando a migração da população rural para os centros urbanos. Secas prolongadas, como as de 1979–1983, 1998 e 2012–2017, ampliaram a vulnerabilidade da população do campo, que, diante da ausência de condições mínimas de sobrevivência, buscou alternativas nas cidades médias e capitais estaduais. Assim, as estiagens não somente intensificaram o deslocamento populacional, como também evidenciaram a fragilidade das políticas públicas de mitigação dos impactos climáticos sobre as populações rurais.

A convergência e posterior cruzamento das duas curvas, representando a população rural e urbana, simboliza o momento em que a urbanização se tornou predominante no Nordeste. Desde então, a trajetória mostra um contínuo declínio da população rural, em paralelo ao crescimento urbano. Desse modo, o êxodo rural nordestino pode ser entendido como processo histórico de longa duração, mas também como resposta imediata às crises ambientais, o que confere ao fenômeno uma dimensão tanto econômica quanto socioambiental.

Ao longo da discussão, o texto apresenta duas razões principais que levam à migração do campo para as cidades: os períodos prolongados de estiagem, materializados empiricamente em pelo menos cinco grandes secas, causando entraves econômicos.

Esses períodos marcados por longas estiagens que tiveram grande impacto na região compreendem entre 1963 e 1964, considerada uma seca gravíssima, registrando falta de chuva até na Amazônia. Entre 1979 e 1985, considerada a seca mais longa registrada no Nordeste até então, registrou mais de 3,5 milhões de mortes. Outro período significativo compreende entre 1977 e 1999, afetando mais de 5 milhões de pessoas e deixando grandes centros, como a cidade do Recife, recebendo água encanada apenas uma vez na semana.

Essa estiagem ainda é sentida em 2001, considerada um prolongamento da seca registrada no final da década de 1990 (Lima; Magalhães, 2018). Por fim, os anos de 2007 a 2008, que totalizou 15 meses de estiagem (Lima; Magalhães, 2018). Deste modo, temos assim uma ideia dos principais fatores que levam a população residente da zona rural a muitas vezes abandonar suas terras em busca de emprego/oportunidades nos grandes centros.



Conclusões

A partir do texto apresentado, a pesquisa infere que, ao longo do recorte temporal do estudo, pode-se notar um processo migratório da região Nordeste acentuado, passando de uma região com a população predominantemente residente da zona rural para uma região onde a maior parcela da sua população reside na zona urbana.

Os dados demonstram haver uma relação vertical em relação entre os períodos de seca e a migração da população rural para as cidades. A seca, ao causar impactos na agricultura e na economia rural, constitui-se em um dos principais fatores impulsionadores do êxodo rural.

Esse movimento de migração aumentou significativamente na população urbana ao longo das décadas, especialmente, em períodos de seca mais severos. Dessa forma, podemos associar a escassez de recursos no campo, agravada pelos eventos de seca, com o aumento da população urbana na região Nordeste, conforme demonstrado.

De todo modo, é importante lembrar que ainda há um longo caminho a percorrer em relação às condições econômicas e sociais no NEB. Haja visto que grande parte das políticas destinadas para a região ainda é pensada ignorando os longos períodos de estiagem, pois a seca por si só não causa a miséria da região, e sim os processos produtivos e políticas fomentadas como se as chuvas fossem regulares nessa região.

REFERÊNCIAS

- ALPINO, T. M. A.; FREITAS, C. M.; COSTA, A. M. Seca como um desastre. **Revista Ciência e Trópico**, v.38, n. 2, p.87-135. 2014.
- BOTELHO, C. L. **O secular problema da seca**. Revista Instituto do Ceará. 1991. Disponível em: < <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1991/1991-Osecularproblemadaseca.pdf>> Acesso em: 09 de mar. 2021.
- CÁSSIA, R. Políticas públicas no Nordeste do Brasil: a produção de enclaves e de desigualdades socioespaciais. **GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 8, p. 11, 2015. Disponível em: <https://www.cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2015.08.003>. Acesso em: 23 out. 2024.
- FURTADO, C. **As aventuras de um economista brasileiro. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar** — 1º ed. — São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.
- GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, n. 231, 2004.



GONÇALVES, J. S.; LIMA, R. DE O. **Questão agrária e marginalidade social: desemprego, pobreza e explosão da violência.** Informações Econômicas, SP. V.23, n.12, dez. 1993.

GONÇALVES, A. J. Migrações internas: evoluções e desafios. **Revista de Estudos Avançados**, vol. 15, n.o 43. São Paulo, Sept/Dec. 2001.

HEIDMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDMENN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento.** Brasília: UnB, 2006. p.23–39.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Agropecuário de 2017. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 23 set. 2025.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). 2012-2017. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 23 set. 2025.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM). 2012-2017. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 23 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 21 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA — IPEA. IpeaData. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>.

IPEA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília: Ipea, 2010.

LEMOS, M. B. Metropolização e desenvolvimento regional no Brasil: tendências recentes a partir da PNAD. PARCERIAS ESTRATÉGICAS – NÚMERO 22 – JUNHO 2006.

LIMA, J. R. de. MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registro histórico das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. Parc. Estrat. Brasília–DF - V. 23 – n. 46. P. 191 – 212. Jan. – Jun. 2018.

MARENKO, J. A.; NUNES, L. H.; SOUZA, C. R. G, HARARI, J, MULLER-KARGER, F, GRECO, R.; HOSOKAWA, E.; TABUCHI, EK, MERRILL, S. B.; REYNOLDS, CJ, PELLING, M.; ALVES, L. M.; ARAGAO, L. E.; CHOU, SC, MOREIRA, F.; PATERSON, S.; LOCKMAN, J. T.; GRAY, A. G. A Globally-Deployable Strategy for Co-Development of Adaptation Preferences to Sea-Level Rise: The Public Participation Case of Santos, Brazil. Natural Hazards, 2017.

MARTINS, E. S. P. R.; MAGALHÃES, A. R.; FONTENELE, D. A seca plurianual de 2010-2017 no Nordeste e seus impactos. Parcerias Estratégicas, Brasília–DF, v. 22, n. 44, p. 17-40, 2017.

MARICATO, E. O impasse da Política Urbana no Brasil. 3º ed. – Petrópolis–RJ: Vozes, 2014.



MIRZABAEV, A. et al. Desertification.In: INTERGOVERNMENTAL PAINEL ON CLIMATE CHANGE. IPCC.Intergovernmental Panel on Climate Change: Climate Change and Land. [S. l.:s. n.], cap. 3, p. 249-306, 2019.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó Norte-Rio-Grandense: uma geografia da resistência.** Natal: EDUFRN, 2020.

NUNES, D. M. P.; SILVA, M. S.; CORDEIRO, R. de L. M. **A experiência de trabalho e dos riscos entre os trabalhadores-migrantes nordestinos nos canaviais paulistas.** Saúde e soc. Vol.25, no.4, São Paulo, Oct/Dec. 2016.

OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. C. O panorama dos deslocamentos no Brasil: PNADs e censos demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.** IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, Ana Paula da Silva; CARGNIN, Anelise. **O processo migratório brasileiro: uma análise das principais informações nos censos brasileiros.** Revista Grifos, Chapecó, v. 28, n. 47, p. 122–139, 2019.

Reis, E. **Estatística Descritiva.** Lisboa: Edições Sílabo, 1996.

SALVIANO, J. I. A.; PRAXEDES, A. L. F.; LEMOS, J. J. S. Sinergias entre as instabilidades pluviométricas e a produção de lavouras de sequeiro no semiárido cearense. Revista Cerrados (Unimontes), v. 18, p. 371-394, 2020.

SENADO. **Senado do Império estudou transposição do Rio São Francisco.** Ricardo Westin | 05/06/2017, 10h59 - ATUALIZADO EM 05/06/2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/05/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco>> Acesso em: 03 de janeiro de 2021.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e estado,** v. 18, p. 361-385, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/P7t9S99gxSqYsNbSDVHLC9k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18. out. 2024.

SILVA, V. M. A.; PATRÍCIO, M. C. M.; RBEIRO, V. H. A.; MEDEIROS, R. M. et al. O desastre seca no Nordeste Brasileiro. **Polêm! ca**, v. 12, n. 2, p. 284-293, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/6431/4839>. Acesso em: 22 out. 2024.

SILVA, F. V. **A migração temporária de trabalhadores de São José de Piranhas-PB para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Bahia:** causas e impactos para o lugar de origem. 2022. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

SOARES, P. G. **Nordestinos, o Brasil em Busca de Soluções.** Editora Rio Gráfica, 1984. 144 p.

SUASSUNA, João. **Semi-árido:** proposta de convivência com a seca. **Cadernos de estudos sociais**, v. 23, n. 1-2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1388/1108>. Acesso em: 19 out. 2024.



Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó
10.22295/grifos.v35i63.8406 | Edição Vol. 35, Núm. 62, 2025.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.